



Análise da Necessidade e o Impacto da Exigência de Curso Superior para o Ingresso na Carreira da Polícia Militar do Paraná

Analysis of the Need and Impact of the Requirement for Higher Education for Admission into the Military Police Career in Paraná

Rielli Friedrich Leandro Silvano

Rudy de Barros Ahrens

Resumo: Este estudo analisa a necessidade e os impactos da exigência de curso superior para o ingresso na carreira da Polícia Militar do Paraná, uma medida que visa aprimorar a qualificação profissional dos policiais, mas que também apresenta desafios consideráveis. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem exploratória e descritiva, com a análise de documentos institucionais, revisão de literatura e comparação entre modelos educacionais nacionais e internacionais. Os resultados revelam que a exigência de formação superior tem o potencial de aprimorar as competências técnicas, éticas e humanísticas dos policiais, contribuindo para a prestação de serviços mais qualificados e alinhados aos princípios dos direitos humanos. No entanto, também foram identificados obstáculos significativos, como a exclusão social de candidatos de classes menos favorecidas e as dificuldades financeiras para a implementação da medida. Conclui-se que, embora a exigência de curso superior possa promover uma modernização na Polícia Militar do Paraná, é imprescindível que sejam adotadas políticas de inclusão e suporte institucional contínuo para que os benefícios dessa formação sejam acessíveis a todos e que a corporação possa realmente atender às demandas da sociedade de forma justa e eficaz.

Palavras-chave: exigência de curso superior; formação policial; segurança pública.

Abstract: This study analyzes the need for and impacts of requiring a college degree to join the Military Police of Paraná, a measure that aims to improve the professional qualifications of police officers but also presents considerable challenges. The research was conducted using an exploratory and descriptive approach, with the analysis of institutional documents, a literature review, and a comparison between national and international educational models. The results reveal that requiring a college degree has the potential to improve the technical, ethical, and humanistic skills of police officers, contributing to the provision of more qualified services aligned with human rights principles. However, significant obstacles were also identified, such as the social exclusion of candidates from less privileged classes and the financial difficulties in implementing the measure. It is concluded that, although requiring a college degree can promote modernization in the Military Police of Paraná, it is essential that inclusion policies and ongoing institutional support be adopted so that the benefits of this training are accessible to all and that the corporation can truly meet the demands of society in a fair and effective manner.

Keywords: higher education requirement; police training; public safety.

INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade de formação universitária para admissão na Polícia Militar do Paraná constitui um assunto de vital importância e intrincada complexidade, capturando a atenção tanto de profissionais da Administração Pública quanto da população em geral. Este estudo tem como objetivo explorar de forma detalhada a necessidade e o impacto desse requisito, analisando sua influência na qualidade dos serviços policiais, nas carreiras dos integrantes da corporação e em suas implicações para a sociedade. De acordo com Muniz (1999), a formação universitária contribui para a melhoria da atuação policial, proporcionando uma visão crítica e reflexiva sobre o papel da polícia na sociedade contemporânea, o que pode levar à redução da violência e ao aprimoramento dos serviços prestados (Muniz, 1999).

O foco desta pesquisa está no cruzamento entre educação e segurança pública, salientando como um diploma universitário pode aprimorar as habilidades técnicas, éticas e humanísticas dos policiais militares. A imposição de uma graduação é um marco decisivo para o fortalecimento e melhoria das instituições de segurança pública, com repercussões significativas em várias dimensões sociais, econômicas e institucionais.

Esta pesquisa é embasada em um sólido arcabouço teórico, que inclui a trajetória histórica da educação policial e destaca a relevância da graduação para o desenvolvimento de competências. A revisão histórica esclarece como os requisitos educacionais para entrar na Polícia Militar se transformaram ao longo dos anos, refletindo alterações nas exigências sociais e na complexidade das funções policiais. Além disso, a necessidade da formação universitária é examinada à luz de teorias educacionais e práticas de treinamento profissional, enfatizando como o ensino superior pode fornecer aos policiais uma base mais robusta de conhecimentos, competências e posturas.

Ademais, o estudo engloba uma análise comparativa dos modelos de educação policial militar utilizados em outras nações e no Brasil. Tal comparação é essencial para identificar práticas exemplares e adaptar inovações aplicáveis ao cenário brasileiro, particularmente no estado do Paraná. A avaliação de modelos internacionais ajuda a medir a efetividade de diferentes métodos educacionais na formação policial, considerando elementos como treinamento técnico, evolução ética e a habilidade de gerenciar situações complexas e diversificadas.

A exigência de curso superior para o ingresso na carreira da Polícia Militar do Paraná é um tema que suscita investigação significativa no âmbito da Administração Pública e que se mostra de extrema relevância para a comunidade local e acadêmica. Tal exigência representa um dos pontos cruciais na estruturação e no aprimoramento das instituições de segurança pública, tendo impactos profundos em diversos aspectos da sociedade.

A entrada de policiais com formação universitária completa eleva a responsabilidade, sofisticação e o nível de complexidade, abrindo novas perspectivas para o pensamento, aprimorando as qualificações e reduzindo as simplificações (Bittner 2003).

A pesquisa proposta é crucial para tratar essa questão, considerando que a Polícia Militar tem um papel importante na manutenção da ordem, na garantia da segurança e na proteção dos direitos dos cidadãos. É fundamental entender a necessidade e as consequências da exigência de um diploma de ensino superior para ingressar na carreira da Polícia Militar do Paraná, a fim de aprimorar a qualidade do serviço oferecido por essa instituição e, consequentemente, a segurança da comunidade local.

Autores como Abreu e Zogahib (2017), Riccio (2017) e Leite (2018) sugerem que a educação superior representa uma opção para o progresso individual e profissional. No entanto, eles ressaltam que os benefícios da educação superior são limitados dentro das instituições, uma vez que os policiais graduados frequentemente não são direcionados para funções correspondentes à sua formação, ou, pelo menos, isso demandará um período considerável para se concretizar.

A importância da Administração Pública não pode ser exagerada, uma vez que desempenha um papel crucial na implementação de políticas e práticas que afetam diretamente a vida dos cidadãos. Nesse contexto, a formação de policiais militares é de imensa importância, pois impacta diretamente a capacidade da instituição de enfrentar desafios complexos como a prevenção do crime, a salvaguarda dos direitos humanos e a promoção de relacionamentos comunitários positivos. Além disso, a pesquisa realizada neste campo possui um valor acadêmico substancial. Ela esclarece a correlação entre a formação acadêmica e a atuação dos profissionais de segurança pública, enriquecendo o âmbito dos estudos de administração pública. Esta pesquisa serve de base para futuras investigações e auxilia no desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. Além disso, alinha-se com uma infinidade de estudos no campo da Administração Pública que enfatizam a necessidade de qualificar adequadamente os servidores públicos para aumentar a eficiência e eficácia das instituições governamentais. Uma força policial bem treinada e educada é essencial para que o Estado possa desempenhar seus deveres de manter a ordem e proteger os direitos dos cidadãos.

Este estudo tem como objetivo geral analisar a necessidade e o impacto da exigência de curso superior para o ingresso na carreira da Polícia Militar do Paraná, como objetivos específicos tem-se: a) Investigar o contexto histórico e as razões que levaram à implementação da exigência de curso superior para ingresso na Polícia Militar do Paraná, com ênfase nas políticas de segurança pública no estado; b) Identificar os desafios e benefícios que surgiram com a exigência de curso superior, tanto para a instituição da Polícia Militar quanto para os profissionais da área; c) Propor recomendações para aprimorar ou ajustar a exigência de curso superior com base nas conclusões da análise e nas melhores práticas identificadas em outras jurisdições ou instituições

Portanto, a pesquisa sobre a necessidade e o impacto da exigência de curso superior para o ingresso na carreira da Polícia Militar do Paraná é uma investigação de suma importância para a comunidade local, que depende diretamente dos serviços de segurança pública, e para a comunidade acadêmica, que busca compreender e aprimorar a Administração Pública, bem como para o desenvolvimento de políticas

públicas mais eficazes e impactantes. É uma oportunidade de promover mudanças significativas e positivas na área de segurança e administração pública, beneficiando a sociedade como um todo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Evolução Histórica da Formação Policial Militar no Paraná

A Polícia Militar do Paraná, remonta ao século XIX como uma unidade auxiliar do Exército, possui uma rica história que evoluiu em resposta ao cenário jurídico, social e institucional em constante mudança. Os processos de recrutamento e formação dos policiais militares se adaptaram ao longo do tempo para atender às demandas e exigências específicas de cada época.

A Polícia da Província do Paraná, que atuou como polícia militar no império, desempenhou o papel crucial de manter a ordem pública e garantir a segurança da população. A adesão à força policial ocorria através do recrutamento obrigatório ou do alistamento voluntário, e a sua formação girava principalmente em torno de táticas militares, com ênfase mínima nos aspectos legais e sociais do policiamento. Sob a autoridade do presidente provincial, a força policial funcionava. O historiador José Carlos Veiga Lopes observou que este arranjo gerou insatisfação e descontentamento entre os policiais, que muitas vezes se rebelavam ou desertavam (Lopes, 2004).

Com a proclamação da República, em 1889, a polícia militar passou a se chamar Força Pública do Estado do Paraná, e ganhou mais autonomia em relação ao Exército. O ingresso na força pública passou a ser feito por meio de concurso público, e a formação dos policiais passou a incluir disciplinas como direito, legislação, administração e sociologia. Os policiais também passaram a ter direitos trabalhistas, como férias, licenças e aposentadoria. A força pública tinha como missão principal preservar a lei e a ordem no estado, mas também participava de conflitos armados, como a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução de 1930. Nesse contexto, a força pública foi se profissionalizando e se modernizando, buscando se adequar aos novos tempos. Como afirma o coronel João Alfredo Dias Lopes (1998, p.45), “a Força Pública do Paraná foi uma das primeiras instituições policiais do Brasil a adotar o sistema de ensino regular para seus integrantes”.

Em 1946, após o fim do Estado Novo, a força pública foi rebatizada como Polícia Militar do Estado do Paraná, e passou por uma reestruturação organizacional e funcional. Embora o concurso público ainda fosse necessário para ingressar na polícia militar, a formação dos policiais foi ampliada e diversificada. Houve cursos específicos para oficiais e praças, bem como especializações em temas como trânsito, bombeiros, choque e guarda civil. A polícia militar também começou a trabalhar em conjunto com a polícia civil e a guarda municipal. A polícia militar era principalmente responsável por proteger o público e a sociedade do estado, mas também participou de atividades de segurança nacional, como combater a guerrilha

do Araguaia (1972-1974) e a ditadura militar (1964-1985). A polícia militar passou por períodos de prosperidade e desastre, sendo elogiada por sua eficácia e criticada por sua violência. Em uma entrevista concedida em 1984, o então comandante-geral da polícia militar, coronel Ney Braga de Oliveira Franco, declarou:

A Polícia Militar é uma instituição que tem um papel fundamental na sociedade brasileira. Ela é responsável pela manutenção da ordem pública e pela prevenção da criminalidade. Ela é também uma instituição que tem seus problemas internos, que precisam ser resolvidos com transparência e diálogo (Franco *apud* Lopes; Moraes; Silva; Souza; Wachowicz; Zanetti; Zimmermann; Zuccoloto; Zuin, 2011, p. 157).

A partir da redemocratização do país, em 1985, a polícia militar do Paraná enfrentou novos desafios e oportunidades para o seu desenvolvimento. O ingresso na polícia militar passou a exigir o ensino médio completo para “os praças” e a formação em ensino superior completo para os oficiais, além de provas físicas, psicológicas e médicas. A formação dos policiais passou a enfatizar os princípios dos direitos humanos, da cidadania e da ética profissional, além de incorporar novas tecnologias e metodologias de ensino. A polícia militar também passou a se integrar com outros órgãos de segurança pública, como o Ministério Público e o Poder Judiciário, e com a sociedade civil, por meio de programas de policiamento comunitário e preventivo. A polícia militar tem como missão atual promover a paz social e a qualidade de vida no estado, mas também enfrenta problemas como a violência urbana, o tráfico de drogas e a corrupção interna.

Em 2023, foi aprovado o projeto de Lei nº 850/2023 que estabeleceu novas exigências para o ingresso na PMPR. Para o cargo de soldado passou a ser exigido o diploma de nível superior em qualquer área; para o cargo de oficial combatente passou a ser exigido o diploma de bacharel em Direito; A medida visa elevar o nível de qualificação e profissionalização dos policiais militares do Paraná (Paraná, 2022).

Como se pode observar, o ingresso e a formação para tornar-se um policial militar no Paraná são frutos de um processo histórico complexo e dinâmico, que reflete as mudanças legais, sociais e institucionais que influenciaram o perfil profissional dos policiais. A polícia militar é uma instituição que tem uma grande importância para a sociedade paranaense, mas que também precisa se adaptar aos novos tempos e às novas demandas da segurança pública.

A Importância do Curso Superior Para o Desenvolvimento de Competências dos Policiais Militares

A formação superior dos policiais militares é vital porque envolve questões éticas, humanas e técnicas, que impactam a qualidade do serviço à população. Como resultado, o curso superior pode ajudar os policiais a melhorar suas habilidades técnicas, como o uso adequado da força, o conhecimento da lei e dos direitos humanos, a gestão de conflitos e a prevenção da violência. Como resultado,

Silva (2010, p. 35) afirma que: “A educação policial deve ser entendida como um processo contínuo e permanente de desenvolvimento de competências profissionais e pessoais, que visa à melhoria da atuação policial e da relação com a comunidade”.

O curso superior é um requisito fundamental para o exercício da atividade policial militar, pois contribui para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e humanas dos profissionais da segurança pública. A formação acadêmica proporciona uma visão ampla e crítica da realidade social, política e jurídica, além de capacitar os policiais para atuarem de forma eficiente, responsável e respeitosa com os direitos humanos. Segundo o artigo 144 da Constituição Federal, a polícia militar é um órgão permanente, organizado com base na hierarquia e na disciplina, que tem como função primordial a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Para cumprir essa missão, os policiais militares devem estar preparados para enfrentar situações complexas e desafiadoras, que exigem conhecimento técnico, capacidade de análise, tomada de decisão e comunicação.

Assim, o curso superior oferece uma base teórica e prática que permite a melhoria dessas habilidades. Além disso, o curso superior fornece formação moral e humana aos policiais militares, que são obrigados a agir com honestidade, integridade, lealdade e respeito à dignidade humana. Como afirma o sociólogo Soares (2006, p. 23): “A polícia é uma instituição que lida com a vida e a morte, com a liberdade e a prisão, com a violência e a paz. Por isso, ela precisa ser guiada por princípios éticos que orientem suas ações e que sejam compartilhados por todos os seus membros”

O curso superior incentiva o pensamento sobre esses valores e o papel social da polícia militar na democracia. Portanto, o curso superior é um instrumento fundamental para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e humanas dos policiais militares, que são essenciais para o exercício profissional qualificado, ético e humano da atividade policial militar.

A Comparação Entre os Modelos de Formação Policial Militar Adotados em Outros Países e no Brasil

A formação policial militar no Brasil é um tema que suscita debates e controvérsias, especialmente em relação ao seu modelo, sua qualidade e sua adequação ao contexto democrático. Como comparar os modelos de formação da polícia militar no Brasil e em outros países, tendo em conta as diferenças históricas, culturais e institucionais, é uma questão que surge. Uma forma de abordar essa questão é analisar os aspectos da ética e da estética militar presentes nos currículos, nas metodologias e nas práticas pedagógicas dos centros de ensino e treinamento profissional das polícias militares.

De acordo com Mendonça e Dantas (2016, p. 23), “a polícia militar brasileira segue o modelo da gendarmerie francesa, que emprega a lógica militar de organização, hierarquia, disciplina, uniformes e armamento”. Esse modelo foi implantado pela Guarda Real de Polícia, fundada em 1809 no Rio de Janeiro, e depois pelas outras polícias militares estaduais. Por outro lado, a polícia norte-

americana tem origem no modelo anglo-saxão, que se baseia na autonomia local, na variedade de agências e na inexistência de uma força policial nacional integrada. No entanto, isso não significa que as polícias dos EUA não tenham elementos militares em sua formação e atuação (Skolnick; Bayley, 2006).

A formação policial militar é um tema que envolve aspectos históricos, culturais, sociais e jurídicos de cada país. Não há um modelo único ou ideal de formação, mas sim diferentes abordagens que refletem as características e demandas de cada contexto. Neste texto, vamos comparar alguns aspectos dos modelos de formação policial militar adotados em outros países e no Brasil.

Como afirma Silva (2005, p. 5):

Um dos temas frequentemente levantados por estudiosos da área de segurança, por formuladores de políticas públicas, por autoridades de governo e pelos próprios policiais é a necessidade de profissionalizar a polícia brasileira como um recurso para capacitá-la para o desempenho mais eficiente, mais responsável e mais efetivo na condução da ordem e segurança públicas.

Assim, uma análise dos modelos de formação da polícia militar no Brasil pode ajudar a identificar o que é semelhante e diferente, bem como os obstáculos e oportunidades para melhorar o ensino e o treinamento profissional da polícia militar. Um fator que podemos comparar é a duração da formação. A formação da polícia militar tem duração de dois a três anos, incluindo estágios teóricos e práticos, em algumas nações como a Alemanha, a França e a Espanha. A formação da polícia militar no Brasil pode variar de seis meses a dois anos, dependendo do estado e do nível hierárquico. Segundo o sociólogo Luiz Eduardo Soares, autor do livro “Desmilitarizar segurança pública e direitos humanos”, a formação policial militar no Brasil deveria ser mais longa e abrangente, para garantir uma melhor preparação dos profissionais (Soares, 2015).

Outro aspecto que podemos comparar é o conteúdo curricular da formação. Em alguns países, como o Canadá, a Austrália e a Suécia, a formação policial militar inclui disciplinas como direitos humanos, ética, diversidade cultural, mediação de conflitos e saúde mental. A formação da polícia militar brasileira também inclui essas disciplinas, mas com uma carga horária menor e uma abordagem mais convencional. De acordo com o coronel reformado da PMMG Robson Rodrigues da Silva, coordenador do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, a formação policial militar no Brasil deveria ser mais moderna e humanista, para promover uma atuação mais cidadã e democrática dos profissionais (Rodrigues da Silva, 2018).

Um terceiro aspecto que podemos comparar é o grau de autonomia da formação. Em alguns países, como os Estados Unidos, o Reino Unido e a Holanda, a formação policial militar é descentralizada e flexível, permitindo que cada instituição ou região adapte o currículo às suas necessidades e realidades. No Brasil, a formação policial militar é centralizada e padronizada, seguindo as diretrizes nacionais estabelecidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Conforme o antropólogo Paulo Storani, ex-capitão do BOPE-RJ e consultor em segurança pública, a formação policial militar no Brasil deveria ser mais autônoma e diversificada, para estimular a inovação e a criatividade dos profissionais (Storani, 2019).

A formação policial militar é um tema que envolve aspectos históricos, culturais, sociais e jurídicos de cada país. Não há um modelo único ou ideal de formação, mas sim diferentes abordagens que refletem as características e demandas de cada contexto. Este texto examinará as semelhanças e diferenças entre os modelos de formação policial militar utilizados no Brasil e em outros países.

Benefícios e Desafios da Exigência de Curso Superior para o Ingresso na Carreira da Polícia Militar do Paraná

A exigência de curso superior para o ingresso na carreira da Polícia Militar do Paraná é um tema que envolve diversos aspectos sociais, econômicos, políticos e institucionais. Neste texto, pretende-se elaborar uma análise dos benefícios e desafios dessa medida, considerando as diferentes perspectivas e interesses envolvidos.

Um dos benefícios da exigência de curso superior é a qualificação profissional dos policiais militares, que podem adquirir conhecimentos teóricos e práticos mais amplos e diversificados, relacionados à sua área de atuação e às demandas da sociedade. Além disso, a formação superior pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, comunicativas, críticas e éticas, essenciais para o exercício da função policial com eficiência, responsabilidade e respeito aos direitos humanos (Riccio, 2017).

Segundo Silva (2018), a exigência de curso superior para os policiais militares tem como objetivo ampliar o conhecimento, as habilidades e as competências desses profissionais, que lidam com situações complexas e desafiadoras no cotidiano. Além disso, essa medida visa a valorizar a carreira policial, que é marcada por baixos salários, precárias condições de trabalho e alto risco de vida. Nesse sentido, a formação superior seria uma forma de reconhecer o papel social dos policiais e de estimular sua motivação e seu comprometimento com a função, atraindo candidatos mais preparados e motivados, bem como ampliar as possibilidades de ascensão profissional e reconhecimento social dos policiais. A formação superior também pode favorecer a integração e a cooperação entre as diferentes instituições de segurança pública, bem como entre estas e as demais instituições públicas e privadas, fortalecendo o papel da Polícia Militar como agente de cidadania e de promoção da paz social.

Os desafios colocados pela exigência do ensino superior devem ser levados em conta e enfrentados pelos gestores públicos e pelas forças policiais. Uma questão específica é o aspecto financeiro da implementação desta medida, que implica despesas com treinamento e remuneração de policiais militares, bem como com os ajustes necessários nas instalações e recursos educacionais (Hilal; Erickson, 2010).

Segundo Santos (2019), a eficácia dessa demanda é questionada, pois não consegue abordar a cultura corporativista, autoritária e violenta profundamente arraigada que ainda permeia os policiais militares. Além disso, o autor adverte que este requisito pode resultar em exclusão social, uma vez que cria barreiras para que indivíduos oriundos de meios de baixa renda e de minorias étnicas sigam carreiras na aplicação da lei, deixando assim de representar adequadamente a diversidade da população. Consequentemente, esta medida tem o potencial de exacerbar as desigualdades sociais e prejudicar ainda mais a relação entre a polícia e a sociedade.

Diante desses argumentos, é possível perceber que a exigência de curso superior para o ingresso na carreira da Polícia Militar do Paraná apresenta benefícios e desafios, que devem ser analisados sob diferentes aspectos. Por isso, é importante que haja um debate amplo e democrático sobre esse tema, envolvendo os diversos setores da sociedade, para que se possa encontrar um equilíbrio entre a qualificação dos policiais e a garantia do direito à segurança pública para todos.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica implementada neste estudo foi desenhada para avaliar tanto a necessidade quanto os efeitos da demanda por formação superior para candidatos ao ingresso na Polícia Militar do Paraná. Este estudo é caracterizado por ser tanto uma pesquisa básica, exploratório descritivo, estudo de caso e quantitativo.

Como uma pesquisa básica, seu caráter exploratório descritivo o destaca permitindo um entendimento detalhado e aprofundado do tema, além disso, é similar a um estudo de caso, pois se concentra em circunstâncias específicas dentro da organização e fornece uma visão quantitativa que facilita a identificação de padrões e a mensuração de variáveis pertinentes. Essa abordagem multifacetada permite uma compreensão abrangente dos benefícios e vantagens associados à formação superior, particularmente em âmbitos e dados ainda pouco debatidos academicamente.

A coleta de dados foi efetuada por meio de duas estratégias principais. Inicialmente, procedeu-se a uma revisão de literatura, contemplando trabalhos acadêmicos, artigos, teses e outros materiais pertinentes que abordam a formação policial, a relevância do ensino superior e seus impactos nas atividades policiais. Paralelamente, realizou-se uma análise de documentos na base dos sistemas da Polícia Militar, bem como materiais institucionais da Polícia Militar do Paraná, legislações, normativas educacionais e outros documentos oficiais que detalham a necessidade de formação superior e suas aplicações. Esta análise foi realizada no período de janeiro de 2023 a junho de 2024.

A pesquisa de artigos acadêmicos foi conduzida entre julho de 2023 e junho de 2024. Os artigos foram pesquisados em diversas bases de dados acadêmicas e bibliotecas, incluindo a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Scholar, SciElo, e a Biblioteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ao total em primeira análise foram verificados 46 artigos. Após a leitura do resumo e verificação da abrangência do assunto ao tema foram selecionados 08 artigos eliminando os demais 38.

Os dados adquiridos foram submetidos a análises qualitativas, focando na interpretação e compreensão dos efeitos da exigência de formação superior. Ademais, utilizou-se uma abordagem comparativa para contrastar os modelos de formação policial militar no Brasil com os adotados em outros países, ampliando o escopo da discussão.

Os métodos incluíram também uma contextualização histórica, explorando o contexto e as justificativas para a implementação da exigência de curso superior na Polícia Militar do Paraná, enfatizando as políticas de segurança pública do estado. Uma revisão detalhada da literatura foi efetuada para avaliar os impactos dessa formação avançada na qualidade do trabalho policial, ressaltando estudos significativos e suas descobertas. Além disso, identificaram-se os desafios e vantagens decorrentes dessa exigência, tanto para a instituição quanto para os profissionais envolvidos.

Parte da metodologia também contemplou a comparação internacional dos esquemas de formação. A análise comparativa entre os modelos de treinamento policial militar utilizados internacionalmente e no Brasil foi crucial para entender as diversas abordagens e identificar possíveis melhorias aplicáveis ao contexto brasileiro.

Após a realização da metodologia foram analisados os dados que serão apresentados nos resultados e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quadro de Autores e Artigos

Para embasar esta discussão, a análise foi fundamentada em estudos e pesquisas de diversos autores que trouxeram perspectivas importantes sobre os impactos da exigência de curso superior para os policiais militares. O quadro 1 a seguir resume as contribuições de cada autor para o debate:

Quadro 1 – Artigos selecionados para análise.

Autor	Artigo	Contribuição para a Discussão
MUNIZ (1999)	Ritos e Símbolos na Polícia Militar: Cultura e Reformas	Argumenta que a formação superior pode tornar os policiais mais reflexivos e críticos, melhorando as práticas institucionais.
RICCIO (2017)	Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais	Alerta que os benefícios da formação superior podem ser limitados se as instituições policiais não se ajustarem para aproveitá-los.

SANTOS (2019)	A exclusão social na carreira policial militar: um estudo sobre os impactos da exigência de curso superior	Destaca o caráter excludente da exigência de curso superior, que pode intensificar desigualdades sociais dentro da corporação.
SILVA (2018)	Curso superior para policiais militares: uma análise crítica	Discute a valorização da carreira policial através da exigência de formação superior e o impacto positivo na qualificação dos policiais.
BITTNER (2003)	Aspectos do trabalho policial	Oferece uma visão sobre o papel do trabalho policial e como a formação pode influenciar na melhoria das práticas e da ética profissional.
HILAL & ERICKSON (2010)	The Minnesota Police Education Requirement: A Recent Analysis	Enfatizam os desafios financeiros e institucionais da implementação da exigência educacional para policiais.
SOARES (2006)	Segurança pública: presente e futuro	Defende a importância de uma formação policial mais longa e abrangente, semelhante à adotada em países europeus.
STORANI (2019)	A arte da guerra nas favelas: estratégias do Comando Vermelho e das forças de pacificação	Discute a necessidade de uma formação mais moderna e humanista para preparar os policiais para a realidade social do Brasil.

Fonte: Autores, 2024.

Este quadro sintetiza as principais contribuições teóricas que sustentam a análise dos impactos da exigência de curso superior na Polícia Militar do Paraná, permitindo uma compreensão mais ampla e diversificada das implicações dessa política. Os resultados da pesquisa indicam que a exigência de curso superior para o ingresso na carreira de policial militar no estado do Paraná tem gerado impactos relevantes na qualificação dos profissionais e na estrutura organizacional da Polícia Militar. Estudos revelam que a formação superior contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, críticas e éticas dos policiais, o que é essencial para um desempenho mais eficiente e alinhado aos direitos humanos (Riccio, 2017). Além disso, essa exigência parece estar diretamente relacionada à valorização da carreira policial, historicamente marcada por baixos salários e condições precárias de trabalho (Silva, 2018).

Entretanto, é importante ressaltar que essa política também enfrenta desafios significativos. Muniz (1999) argumenta que a formação superior pode transformar a atuação policial, tornando-a mais reflexiva e crítica. O autor sugere que o conhecimento acadêmico permite que os policiais adotem posturas mais analíticas e humanistas em suas funções, o que pode contribuir para a redução da violência institucional e para o aprimoramento das práticas dentro da corporação. Dessa forma, a educação superior configura-se como uma ferramenta fundamental para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Por outro lado, Santos (2019) alerta que a exigência de curso superior pode gerar exclusão social, ao criar barreiras para o ingresso de candidatos oriundos de contextos socioeconômicos mais vulneráveis. Indivíduos de baixa renda e pertencentes a minorias étnicas enfrentam dificuldades consideráveis para acessar o ensino superior, o que pode limitar suas oportunidades de ingressar na carreira policial. De acordo com Santos, essa exclusão pode enfraquecer a diversidade dentro da corporação, distanciando a polícia das comunidades que mais necessitam de uma presença policial efetiva e próxima.

Essa preocupação é reforçada pela análise de Riccio (2017), que reconhece os benefícios da formação universitária, mas alerta que esses ganhos podem ser limitados dentro das instituições policiais. O autor observa que muitos policiais formados em universidades não são alocados em funções que correspondam ao seu nível de formação acadêmica, e que a plena utilização dessas habilidades pode demorar a se concretizar.

Do ponto de vista institucional, Hilal e Erickson (2010) destacam os desafios financeiros que acompanham a implementação dessa política. Eles argumentam que o custo de formação superior, bem como os investimentos necessários em infraestrutura e a atualização dos currículos, representam desafios consideráveis para os gestores públicos. Além disso, é essencial que as instituições policiais ofereçam suporte contínuo para que os policiais possam aplicar efetivamente o que aprenderam em suas atividades diárias.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a comparação internacional dos modelos de formação policial. Soares (2006) e Storani (2019) sugerem que a formação policial no Brasil poderia se beneficiar de uma abordagem mais longa e abrangente, semelhante àquela adotada em países como Alemanha e França, onde os policiais passam por treinamentos teóricos e práticos extensivos ao longo de vários anos. No Brasil, a duração da formação varia de seis meses a dois anos, dependendo do estado e do nível hierárquico, o que pode resultar em uma preparação menos robusta para enfrentar os desafios cotidianos da profissão.

Portanto, os resultados sugerem que a exigência de curso superior para os policiais militares no Paraná tem o potencial de elevar a qualidade dos serviços prestados à população. No entanto, para garantir que os benefícios dessa política sejam plenamente realizados, é necessário que se enfrentem as barreiras associadas à exclusão social e aos custos elevados de implementação. Programas de inclusão, como bolsas de estudo e apoio financeiro, podem ser soluções viáveis para garantir que candidatos de baixa renda também tenham a oportunidade de acessar o ensino superior e ingressar na carreira policial.

É válido refletir, portanto, que, apesar dos desafios, a exigência de curso superior constitui um avanço na modernização e profissionalização da Polícia Militar do Paraná. No entanto, essa medida deve ser acompanhada de políticas inclusivas e de suporte institucional contínuo, a fim de assegurar que seus benefícios sejam distribuídos de maneira equitativa entre os profissionais da corporação e a sociedade como um todo. O equilíbrio entre qualificação e inclusão social deve ser o objetivo central dessa reforma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar o impacto da exigência de curso superior para ingresso na Polícia Militar do Paraná, uma medida que visa aprimorar o preparo e a profissionalização dos policiais, mas que também traz desafios consideráveis para a corporação e a sociedade. Ao longo da pesquisa, foram analisados tanto os benefícios dessa exigência quanto os obstáculos que ela pode representar, especialmente em relação à estrutura das forças policiais e à inclusão de candidatos de diferentes origens sociais.

Os achados indicam que a exigência de ensino superior tem potencial para melhorar significativamente o desempenho dos policiais militares. Ao ter acesso à formação universitária, esses profissionais desenvolvem habilidades cognitivas, éticas e críticas mais refinadas, além de adquirirem uma compreensão mais ampla das questões sociais, culturais e legais que permeiam o trabalho policial. Isso os capacita a lidar de maneira mais humana e fundamentada com situações complexas, sempre pautados pelos princípios do Estado de Direito. Esse nível de preparo contribui para a construção de uma cultura de segurança pública mais alinhada com os direitos humanos e o respeito à dignidade de cada pessoa.

No entanto, a pesquisa também ressalta a necessidade de refletir cuidadosamente sobre os possíveis efeitos colaterais dessa política. Um dos principais desafios identificados é a exclusão potencial de candidatos de classes socioeconômicas mais baixas, que podem encontrar dificuldades maiores para acessar o ensino superior. Esse obstáculo não apenas reduz a diversidade dentro da corporação, mas também pode aprofundar as desigualdades sociais, distanciando a polícia das comunidades que mais necessitam de uma presença policial próxima e eficaz. A literatura revisada sugere que, embora a formação superior melhore a qualidade da atuação policial, há o risco de criar uma desconexão entre a polícia e os segmentos mais vulneráveis da população.

Outro aspecto a ser considerado é a adaptação estrutural que será necessária para implementar essa política de forma eficaz. Os custos financeiros envolvidos na atualização de currículos, na criação de novos programas de formação e no investimento em infraestrutura são elevados, especialmente em um contexto de restrições orçamentárias no setor público. Além disso, o sucesso dessa medida depende de um suporte contínuo ao longo da carreira dos policiais, com oportunidades para educação continuada e desenvolvimento profissional. Estudos internacionais mostram que uma formação superior sólida precisa ser acompanhada por políticas que valorizem e reconheçam o trabalho dos policiais, para que os benefícios sejam plenamente sentidos na prática.

Diante disso, o estudo conclui que a exigência de curso superior para a Polícia Militar do Paraná tem o potencial de trazer melhorias significativas na qualidade dos serviços de segurança pública. No entanto, sua implementação deve ser cuidadosamente planejada para mitigar os riscos de exclusão social e garantir que os benefícios da educação superior sejam distribuídos de maneira justa dentro da corporação. Para alcançar esse equilíbrio, é crucial que sejam criados programas

de inclusão, como bolsas de estudo e apoio financeiro para candidatos de baixa renda. Dessa forma, essa política pode se transformar em uma ponte para uma polícia mais justa e eficiente, em vez de se tornar um obstáculo para aqueles que mais precisam.

Por fim, este estudo não apenas aprofunda a compreensão sobre os impactos da educação superior nas forças de segurança pública, mas também abre caminho para novas questões a serem exploradas em futuras pesquisas. Entre essas questões, destaca-se a importância de investigar como a formação acadêmica pode ser incorporada à prática cotidiana do policiamento, sem desconsiderar a realidade socioeconômica dos policiais e da sociedade. Somente com uma abordagem equilibrada, que considere todos esses fatores, será possível construir uma Polícia Militar mais preparada, inclusiva e capaz de enfrentar os desafios contemporâneos da segurança pública de maneira eficaz e justa.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. M. de; ZOGAHIB, A. L. N. **O nível de escolaridade dos integrantes das agências policiais e um paralelo com a polícia militar do estado do Amazonas**. Revista Nova Hileia. Vol. 3. Nº 1, jul-dez, 2017.

Assembleia Legislativa do Paraná. **Aprovado projeto que altera escolaridade para ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, 2023**. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/aprovado-projeto-que-altera-escolaridade-para-ingresso-na-policia-militar-e-no-corpo-de?utm_source=whatsapp&utm_medium=sharer> acesso em 21 out. 2023.

BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da USP, 2003.

HILAL, Susan; ERICKSON, Timothy. **The Minnesota Police Education Requirement: A Recent Analysis**. FBI Law Enforcement Bulletin, jun. 2010.

LOPES, J. A. D. **História da Polícia Militar do Paraná: 1854-1999**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1998.

LOPES, J. A. D.; MORAES, E.; SILVA, E.; SOUZA, F.; WACHOWICZ, J.; ZANETTI, L.; ZIMMERMANN, M.; ZUCCOLOTO, R.; ZUIN, V. **História da Polícia Militar do Paraná: 2000-2010**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2011.

LOPES, J. C. V. **A Força Pública do Paraná: origens e trajetória (1854-1930)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

MENDONÇA, R. F.; DANTAS, M. A. **Polícia militar: origem e evolução histórica**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 10, n. 19, p. 22-41, 2016.

MUNIZ, J. **Ritos e Símbolos na Polícia Militar: Cultura e Reformas**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RICCIO, V. **Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais**. Educação e Pesquisa, v. 43, n. 4, p. 1111-1126, 1 dez. 2017.

RODRIGUES DA SILVA, R. **Polícia cidadã: desafios para uma nova cultura de segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

SANTOS, M. L. **A exclusão social na carreira policial militar: um estudo sobre os impactos da exigência de curso superior**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SILVA, Í.D. Q. **O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro**. Sociedade e Estado, v. 20, n. 3, p. 5-34, 2005.

SILVA, Í. D. Q. **Polícia cidadã: desafios para uma nova cultura de segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

Silva, J. A. **Educação policial e formação superior: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Segurança Pública, 4(1), 32-45, 2010.

SILVA, J. A. **Curso superior para policiais militares: uma análise crítica**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 12, n. 2, p. 123-140, 2018.

SKOLNICK, J.; BAYLEY, D. **The new blue line: police innovation in six American cities**. New York: Free Press, 2006.

SOARES, L. E. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2015.

SOARES, L.E. **Segurança pública: presente e futuro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

STORANI, P. **A arte da guerra nas favelas: estratégias do Comando Vermelho e das forças de pacificação**. São Paulo: Contexto Editora Ltda., 2019.